

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO
2º SEMESTRE DE 2018

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO
E COMBATE À CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2919/OC-BR

Fevereiro de 2019

Baye
[Handwritten signatures and initials]

ÍNDICE

I. Informações Básicas	3
DADOS BÁSICOS	3
II. Introdução	4
III. Progresso na Execução da Cooperação Técnica	5
a. <u>Descrição da Cooperação Técnica</u>	5
i. <u>Objetivos de Desenvolvimento</u>	5
ii. <u>Componentes</u>	5
IV. Resultados	7
a. <u>Efeitos Diretos</u>	7
b. <u>Externalidades</u>	8
c. <u>Produtos</u>	9
d. <u>Custos do Projeto</u>	14
V. Implementação do Programa	16
VI. Sustentabilidade	16
a. <u>Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas</u>	16
b. <u>Riscos Potenciais</u>	16
VII. Lições Aprendidas	17
VIII. Cumprimento das Cláusulas Contratuais	18
IX. Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)	19

I. Informações Básicas

DADOS BÁSICOS (Montantes em US\$)

Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223

Título: Programa de Fortalecimento da Prevenção da Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE

Mutuário: República Federativa do Brasil

Agência Executora (AE): Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Empréstimo de Cooperação Técnica: 2919-OC-BR

Setor: Reforma / Modernização do Estado-Reforma e Setor Público e Apoio

Data de Aprovação pelo Diretório: 05/03/2013 / Data de Assinatura do Contrato: 17/12/2013

Data de Elegibilidade do 1º Desembolso: 01/04/2014 / Data Original do Último Desembolso: 17/11/2018

Meses em Execução:

- Desde a assinatura do contrato: 60 (sessenta) meses
- Desde a efetividade: 60 (cinquenta e oito) meses
- Desde a elegibilidade: 56 (cinquenta e seis) meses

Períodos de Desembolso:

- 1º desembolso: 8/7/2014 (desembolso nº 001)
- 2º desembolso: 18/12/2015 (desembolso nº 003)
- 3º desembolso: 28/07/2016 (desembolso nº 006)
- 4º desembolso: 17/01/2017 (desembolso nº 008)
- 5º desembolso: 09/11/2017 (desembolso nº 010)
- 6º desembolso: 22/12/2017 (desembolso nº 012)
- 7º desembolso: 14/06/2018 (desembolso nº 015)
- 8º desembolso: 03/09/2018 (desembolso nº 017)
- Data original de Desembolso final: 17/11/2018

Montante de Empréstimo:

- Montante Original: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Montante Atual: US\$ 7.021.936,41 (sete milhões, vinte e um mil, novecentos e trinta e seis dólares e quarenta e um centavos)
- Pari-Passu Ajustado: 36,91% BID e 63,09% Contrapartida

Desembolsos:

- Montante Atual: US\$ 7.021.936,41 (sete milhões, vinte e um mil, novecentos e trinta e seis dólares e quarenta e um centavos)

Custo Total do Projeto – Ajustado: US\$ 19.021.936,41 (dezenove milhões, vinte e um mil, novecentos e trinta e seis dólares e quarenta e um centavos)

Houve Redirecionamento de Recursos: **NÃO**

Investimento de Combate a Pobreza/ Equidade Social: **NÃO**

Classificação Ambiental: **NÃO SE APLICA** / Em Estado de “Alerta” no País: **NÃO**

II. Introdução

O presente Relatório tem por objetivo apresentar o andamento das atividades realizadas no âmbito do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE, no período de 01/08/2018 a 18/02/2019 (considerando as metas e execuções cumulativas), em atendimento ao disposto no Contrato de Empréstimo 2919/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Conforme previsão do Contrato de Empréstimo, constam ainda neste relatório as informações financeiras dos pagamentos realizados em todo o Programa, incluindo as execuções do início de 2019.

Este Relatório apresenta:

- a. O demonstrativo dos resultados alcançados;
- b. A descrição dos principais problemas ou dificuldades detectadas durante a execução, bem como indicação e avaliação das medidas corretivas e/ou preventivas adotadas no período, de forma a garantir o alcance dos objetivos propostos;
- c. Outras informações relevantes para o entendimento do andamento do Programa.

III. Progresso na Execução do Contrato de Empréstimo

a. Descrição da Cooperação Técnica

i. Objetivos de Desenvolvimento

O objetivo geral do Programa é contribuir para a consolidação da capacidade institucional da Controladoria-Geral da União (doravante CGU), visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.

O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

1. Aprimorar as competências internas da instituição e promover a capacitação e a disseminação de conhecimentos a todas as unidades da CGU;
2. Melhorar a interação da CGU com os gestores públicos federais;
3. Ampliar e qualificar as frentes de atuação da CGU em apoio à melhoria da gestão na administração pública.
4. Incrementar a transparência ativa dos gastos públicos nos diferentes níveis de governo;
5. Fortalecer as atividades de controle interno nos níveis de governo estadual e municipal.

ii. Componentes

O Programa está estruturado em 04 (quatro) componentes:

I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

O objetivo deste componente é apoiar a modernização e a melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoas e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas.

O componente financiará a contratação de serviços e a aquisição de bens que permitam:

- (i) Desenhar e implantar uma política de comunicação que promova maior integração e alinhamento institucional;
- (ii) Desenhar e implementar políticas de capacitação;
- (iii) Mapear e modelar os processos de auditoria e fiscalização, e incorporá-los ao sistema de gestão das ações de controle;
- (iv) Desenvolver uma metodologia de dimensionamento do impacto econômico das ações de controle;
- (v) Implantar o portal do Observatório da Despesa Pública;
- (vi) Implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e melhorar os processos de governança de TI; e
- (vii) Implantar um novo modelo de gestão de pessoal baseado na gestão de competências.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, some with checkmarks.

II. Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal

O objetivo deste componente é fortalecer a interação da CGU com os gestores públicos federais, com vistas a melhorar o controle dos próprios gestores sobre a gestão dos recursos públicos, a prevenção de irregularidades e a gestão de riscos da ação governamental.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços que permitirão:

- (i) Desenvolver e implantar num portal eletrônico dez módulos de serviços de apoio à gestão a serem utilizados pelos gestores públicos federais, com o intuito de lhes fornecer informação sobre as melhores práticas e recomendações sobre diversos aspectos relacionados à execução de suas competências;
- (ii) Elaborar e distribuir um guia contendo orientações para a conduta dos servidores públicos;
- (iii) Criar e implantar um portal de ética e de conflitos de interesses; e
- (iv) Desenvolver e validar um Modelo de Gestão de Riscos e apoiar tecnicamente sua implantação em cinco entidades da Administração Pública Federal.

III. Promoção da Transparência e do Controle Social

O objetivo deste componente é desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos.

Serão levadas a cabo as seguintes atividades:

- (i) Publicação e distribuição de material pedagógico e realização de seminários sobre controle social em nível nacional e estadual;
- (ii) Realização de eventos de capacitação presencial para organizações não governamentais e cidadãos;
- (iii) Desenvolver e administrar cursos à distância para organizações da sociedade civil e cidadãos; e
- (iv) Redesenho e aperfeiçoamento do Portal de Transparência administrado pela CGU para promover a transparência ativa do Governo Federal.

IV. Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais

O objetivo deste componente é ampliar a oferta de instrumentos de apoio aos Estados e Municípios para fortalecer a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços para:

- (i) Implantar portais de transparência nos governos subnacionais;
- (ii) Apoiar os municípios para a implementação e melhoria de suas unidades de controle interno;
- (iii) Constituir uma comunidade de prática para a divulgação de conhecimento relacionado com a integridade e a gestão de recursos;
- (iv) Distribuir publicações técnicas de apoio promovendo capacitação das administrações dos governos subnacionais;
- (v) Realizar seminários de controle interno em nível nacional e subnacional;
- (vi) Desenvolver e ministrar cursos a distância aos gestores das entidades subnacionais; e
- (vii) Apoiar os governos subnacionais tendo em vista a implementação de versões do Observatório da Despesa Pública (ODP).

IV. Resultados

a. Efeitos Diretos

Os indicadores do programa foram coletados após o encerramento do 2º semestre de 2018 junto às unidades beneficiárias do Programa.

Destaca-se que foram cumpridas todas as considerações da Equipe de Auditoria sobre o Cumprimento das Recomendações relativas à auditoria do Programa, conforme transcrição abaixo:

“A) Avaliar a conveniência e oportunidade de serem revisadas as estimativas de variação dos indicadores previstos na Matriz de Resultados para os anos 3, 4 e 5, de forma que os resultados esperados estejam mais adequados aos apurados nos dois primeiros anos de execução do programa;

B) Avaliar a oportunidade e conveniência de que sejam inseridas notas explicativas nos futuros Relatórios Semestrais de Progresso, sempre que houver variação significativa entre a previsão de alteração dos indicadores e os resultados efetivamente apurados, de forma a tentar evidenciar as possíveis causas para distorções eventualmente identificadas”.

Como forma de atendimento às recomendações da equipe de auditoria do TCU, foram inseridas as justificativas apresentadas pelas unidades beneficiárias em relação aos indicadores e as razões pelo não atendimento ou discrepância em relação às metas iniciais, assim como as referências aos documentos elaborados, conforme processo SEI nº 00190.106327/2016-70.

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)			
Objetivo de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos		
	Efeitos Diretos Planejados (ano 5 - 2018)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 5 - 2018):	Referência
Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223	Percentual de recomendações com prazo inicial de cumprimento nos últimos dois anos implementados. Meta: (36) (Maior = melhor)	Obtido: (32,4)	NOTA TÉCNICA Nº 113/2019/DC/SFC (SEI Nº 0983146)
	Índice de clima organizacional Meta: (1,6) (Menor = melhor)	Obtido: (2,05)	NOTA TÉCNICA Nº 165/2019/DGI/SE E DESPACHO DGI 1005374
	Índice de retrabalho - Média de revisões por ação de controle. Meta: (0,35) (Menor = melhor)	Obtido: (0,31)	NOTA TÉCNICA Nº 113/2019/DC/SFC (SEI Nº 0983146)
	Nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI da CGU, segundo a metodologia CobiT Meta: (3) (Maior = melhor)	Obtido: (3) em 12 de 15 processos mensurados, perfazendo 80% da meta.	NOTA TÉCNICA Nº 150/2019/DTI/SE (SEI 0987080)
	Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU, em Bilhões. Meta: (3) (Maior = melhor)	Obtido: (7,2)	NOTA TÉCNICA Nº 113/2019/DC/SFC (SEI Nº 0983146)
	Percentual de gestores que consideram a atuação da	Obtido: (>62,64). A diferença para o ano de 2017 explica-se devido ao fato de que no resultado	NOTA TÉCNICA Nº 113/2019/DC/SFC (SEI Nº 0983146)

Controladoria Geral da União relevante para seu trabalho Meta: (60) (Maior = melhor)	de 2018 foi considerada a extrapolação com base nas “não respostas” e foi realizada inferência para a população, diferentemente de 2017.	
Quantidade de Ouvidorias Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov Meta: (100) (Maior = melhor)	Obtido: (354)	NOTA TÉCNICA Nº 1445/2017/OGU. GAB/OGU (SEI Nº 0440562).
Quantidade de acessos ao Portal do Cidadão Meta: (30)	Obtido: O indicador foi descontinuado , uma vez que foi também descontinuado o respectivo Produto: C3.P7 (STPC) – Portal do cidadão.	1º Termo Aditivo do Contrato.
Quantidade de acessos ao Portal de Transparência (STPC), em milhares. Meta: (1151) (Maior = melhor)	Obtido: 1.589.	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
Unidades Federativas (UFs) com Lei de Acesso a Informação (LAI) regulamentada (STPC) Meta: (27) (Maior = melhor)	Obtido: (27)	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
Percentual de municípios de mais de 100.000 habitantes com regulamentação da LAI implementada (STPC) Meta: (45) (Maior = melhor)	Obtido: (71,7)	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento / Classificação (OD):		
<input type="checkbox"/> Muito Provável(MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (LP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)		
<p>Em que pesem as restrições orçamentárias e a heterogeneidade das aquisições, a Coordenação Geral do PROPREVINE adotando o gerenciamento de riscos vem conseguindo priorizar as aquisições que contribuem diretamente para os indicadores e para as metas físicas dos produtos.</p> <p>Entre os 11 indicadores do Programa, 7 estão <u>satisfatórios</u>, 3 estão <u>abaixo da meta</u> e 1 foi <u>descontinuado</u>. Ressalta-se que os indicadores que estão abaixo da meta apresentam resultado igual ou maior de 80% da meta planejada.</p>		

b. Externalidades ocorridas no exercício 2018

4.1. Positivas:

- Manutenção dos membros do Comitê de Coordenação Estratégica;
- Manutenção dos membros da Comissão Especial de Licitação (CEL).

4.2. Negativas:

- Restrição orçamentária;
- Alteração de alguns gerentes de projeto.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)			
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:		
	Efeitos Diretos Planejados (ano 5 – 2018)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 5 – 2018):	Referência
<p>1) Componente I: Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU</p> <p>Custo total: US\$ 12.459.750,48 - Contraparte: US\$ 7.370.000,00 - BID: US\$ 5.089.750,48</p> <p>Despesas realizadas (acumulado):</p> <p>Fonte Contrapartida: US\$ 3.575.423,54 (48,51%)</p> <p>Fonte BID: US\$ 4.951.021,02 (97,27%)</p>	C1.P1 (ASCÔM) - Proposta de política de comunicação. Meta 2018: 1 (uma) Meta Acumulada: 1 (uma)	Meta 2018: 1 (um) Meta Acumulada: 1 (um)	NOTA TÉCNICA Nº 171/2019/ASCÔM/GM
	C1.P2 (CRG) – Reestruturação de salas de videoconferência. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 4 (quatro) salas reestruturadas.	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 5 (cinco) salas reestruturadas em 2016.	NOTA TÉCNICA Nº 1926/2018/CGPAC/CRG (SEI Nº 0802694) E NOTA TÉCNICA Nº 149/2019/CGPAC/CRG (0987065)
	C1.P3 (DGI) – Proposta de modelo de gestão de pessoas. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (um).	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (um). A execução da meta foi antecipada.	NOTA TÉCNICA Nº 1403/2017/GAB CGDOC/CGDOC/CGLCD/DGI/SE (SEI Nº 0433676) E NT 165/2019/DGI/SE SEI 0987906
	C1.P4 (DGI) – Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas e Gestão Administrativa implantado. Meta 2018: 1 (uma) Meta Acumulada: 1 (um).	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (um). A execução da meta foi antecipada.	NOTA TÉCNICA Nº 1403/2017/GAB CGDOC/CGDOC/CGLCD/DGI/SE (SEI Nº 0433676) E NT 165/2019/DGI/SE SEI 0987906
	C1.P5 (DGI) – Proposta de metodologia para Elaboração de Instrumentos de Gestão Documental Arquivística. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (uma) Metodologia implantada e validada.	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (uma). Metodologia entregue.	NOTA TÉCNICA Nº 1403/2017/GAB CGDOC/CGDOC/CGLCD/DGI/SE (SEI Nº 0433676) E NT 165/2019/DGI/SE SEI 0987906
	C1.P6 (DIE) – Núcleos de especialização. Meta 2018: 1 (uma) Meta Acumulada: 2 (dois).	Meta 2018: 1 (uma) Meta Acumulada: 02 (dois) Núcleos criados.	NOTA TÉCNICA Nº 127/2019/ODP/DIE/GM (SEI Nº 0984641).
	C1.P7 (DIE) – Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE. Meta 2018: 0 (quatro) Meta Acumulada: 4 operações de inteligência realizadas.	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 04 (quatro)	NOTA TÉCNICA Nº 127/2019/ODP/DIE/GM (SEI Nº 0984641).
	C1.P8 (DIPLAD) - Estrutura institucional de capacitação e modernização Meta 2018: 1 (uma) Meta Acumulada: 1 (uma).	Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 1 (zero).	NOTA TÉCNICA Nº 201/2019/CODIN/DIPLAD/SE-CGU.
	C1.P9 (DTI) – Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos. Meta 2018: 95 unidades Meta Acumulada: 95 unidades.	Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 95 Unidades atingidas.	NOTA TÉCNICA Nº 150/2019/DTI/SE (SEI 0987080)
	C1.P10 (DTI) – Processos de Governança de TI revisados e internalizados. Meta 2018: 8 (oito). Meta Acumulada: 15 (quinze).	Meta 2018: 12 (doze). Meta Acumulada: 12 (doze). 80% da meta atingida devido aos constantes e reiterados	NOTA TÉCNICA Nº 150/2019/DTI/SE (SEI 0987080)



 9/19

		contingenciamentos de recursos sofridos pelo Programa.	
	C1.P11 (OGU) – Instrumentos de Gestão do Conhecimento Recursal Meta 2018: 1 (um). Meta Acumulada: 1 (um).	Meta 2018: 1 (um) Meta Acumulada: 1 (um)	NOTA TÉCNICA Nº 3312/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0964445) E DESPACHO OGU GAB 0964445
	C1.P12 (OGU) – Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria. Meta Acumulada: 1 relatório com a solução realizada. Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 1 (um).	Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 1 (um) relatório realizado.	NOTA TÉCNICA Nº 1445/2017/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0440562).
	C1.P13 (CGU) – Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados. Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 55 (cinquenta e cinco).	Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 55 (cinquenta e cinco processos)	Nota Técnica nº 91/2018/DTI/SE-CGU (SEI Nº 0777312).
	C1.P14 (SFC) – Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada.	Produto foi cancelado.	1º Termo Aditivo do Contrato.
	C1.P15 (SFC) – Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle. Meta 2018: 9 (nove). Meta Acumulada: 18 (dezoito).	Meta 2018: 13 (treze) Meta Acumulada: 21 (vinte e um) no acumulado.	NOTA TÉCNICA Nº 113/2019/DC/SFC (SEI Nº 0983146)
	C1.P16 (CRG) – Aparelhamento da Corregedoria Geral da União Meta 2018: 1 (um). Meta Acumulada: 1 (um).	Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 1 (um).	NOTA TÉCNICA Nº 149/2019/CGPAC/CRG (SEI Nº 0987065) E E DESPACHO CRG 0994363

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:		
	Efeitos Diretos Planejados (ano 5 - 2018)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 5 - 2018):	Referência
2) Componente II. - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal Custo total: US\$ 2.792.237,85 - Contraparte: US\$ 2.073.000,00 - BID: US\$ 719.237,85 Despesas realizadas: Fonte Contraparte: US\$ 447.591,48 (21,60%) Fonte BID: US\$ 670.644,08 (93,24%)	C2.P1 (CRG). Cursos de Capacitação em procedimentos disciplinares. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 5.000 (cinco mil) servidores capacitados	Meta 2018: 1.076 Meta Acumulada: 7.074 (sete mil e setenta e quatro)	NOTA TÉCNICA Nº 149/2019/CGPAC/CRG (SEI Nº 0987065)
	C2.P2 (OGU) – Sistema integrado OGU – demais Ouvidorias. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 sistema implantado	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 01 (um) sistema implantado.	NOTA TÉCNICA Nº 3312/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0964445).
	C2.P3 (OGU) – Kits de apoio às atividades das ouvidorias. Meta Acumulada: 26 (vinte e seis) kits entregues	Produto cancelado.	1º Termo Aditivo do Contrato.

C2.P4 (OGU) – Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (um).	Meta 2018: 1 (um) Meta Acumulada: 01 (Portal Implantado)	NOTA TÉCNICA Nº 3312/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0964445).
C2.P5 (OGU) – Cursos de capacitação em Ouvidoria. Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 85 (oitenta e cinco) cursos realizados	Meta 2018: 43 (quarenta e três) cursos realizados em 2018. Meta Acumulada: 140 (cento e quarenta)	NOTA TÉCNICA Nº 3312/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0964445).
C2.P6 (OGU) – Publicações da OGU. Meta 2018: 1 (zero) Meta Acumulada: 8 (oito) publicações produzidas	Meta 2018: 0 (zero) Acumulado: 07 (sete) com 87,5% da meta atingida	NOTA TÉCNICA Nº 3312/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0964445).
C2.P7 (SFC) – Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no Portal. Meta 2018: 1 (um) Meta Acumulada: 4 (quatro).	Em 2017, a CGU optou pelo desenvolvimento interno do sistema (e-Aud). Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (um)	NOTA TÉCNICA Nº 113/2019/DC/SFC (SEI Nº 0983146)
C2.P8: Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal (SFC).	Produto cancelado	1º Termo Aditivo do Contrato.
C2.P9 (STPC) – Sistema de conflito de interesses. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 01 (um).	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (um). Acesso implementado em 2016.	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
C2.P10 (STPC) - Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (uma)	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (uma) Proposta implementada.	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
C2.P11 (CRG) – Encontro de Corregedorias. Meta 2018: 1 (um). Meta Acumulada: 2 (dois) encontros realizados	Meta 2018: 1 (um) Meta Acumulada: 2 (dois) encontros realizados.	NOTA TÉCNICA Nº 149/2019/CGPAC/CRG (SEI Nº 0987065)
C2.P12 (CRG) – Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 02 (dois).	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 02 (duas), sendo 01 (uma) campanha realizada em 2016 e 01 (uma em 2017, totalizando 02 (duas).	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
C2.P13 (CRG) – Kits da Corregedoria entregue nas Regionais da Controladoria-Geral da União. Meta 2018: 302 (trezentos e dois) Meta Acumulada: 1.000 (mil) kits entregues.	Meta 2018: 600 (seiscentos) kits entregues em 2018. Meta Acumulada: 1.298 (mil duzentos e noventa e oito)	NOTA TÉCNICA Nº 149/2019/CGPAC/CRG (SEI Nº 0987065)

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

Componentes (“Outputs”):	Indicadores Chaves de Produto:
---------------------------------	---------------------------------------

	Efeitos Diretos Planejados (ano 5 - 2018)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 5 - 2018):	Referência
3) Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social Custo total: US\$ 2.466.341,93 - Contraparte: US\$ 1.676.000,00 - BID: US\$ 790.341,93 Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 753.149,85 (44,94%) Fonte BID: US\$ 777.036,30 (98,32%)	C3.P1 (OGU) – Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da LAI. Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 4 (quatro) estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da LAI	Meta 2018: 0 (zero) estudos realizados em 2018. Meta Acumulada: 5 (cinco).	NOTA TÉCNICA Nº 3312/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0964445).
	C3.P2 (OGU) – Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria.	Produto cancelado.	1º Termo Aditivo do Contrato.
	C3.P3 (STPC) - Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação. Meta 2018: 1 (uma). Meta Acumulada 1 (uma)	Meta 2018: 1 (um) Meta Acumulada: 1 (um)	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
	C3.P4 (STPC) - Cursos de Ensino a distância em transparência controle social (EaD). Meta 2018: 6 (seis) Meta Acumulada 7 (sete).	Meta 2018: 5 (cinco). Meta Acumulada: 6 (seis) totalizando 85,7% da meta alcançada com previsão de 1 (um) curso ser entregue em 31/01/2019.	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
	C3.P5 (STPC) – Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto. Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 1 (um) conjunto de conteúdos e ferramentas disponíveis no site institucional	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 1 (um) conjunto disponível em 2016.	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
	C3.P6 (STPC) – Novo Portal da Transparência. Meta 2018: 1 (um). Meta Acumulada: 1 (um) Acesso ao portal disponível.	Meta 2018: 1 (um) Meta Acumulada: 1 (um).	NOTA TÉCNICA Nº 69/2019/STPC (SEI Nº 0977110)
	C3.P7 (STPC) - Portal do cidadão	Produto cancelado.	1º Termo Aditivo do Contrato.

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

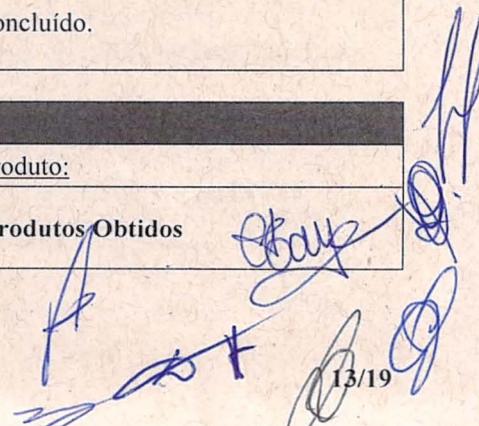
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:		
	Efeitos Diretos Planejados (ano 5 - 2018)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 5 - 2018):	Referência
4) Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais Custo total: US\$ 990.869,77 - Contraparte US\$ 881.000,00 - BID: US\$ 109.869,77	C4.P1 (DIE) – Unidades ODP estaduais instaladas. Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 10 unidades de ODP instaladas.	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 13 (treze) Unidades ODP estaduais instaladas. Obs.: 13 estados, 32 municípios, 19 TCEs, 2 TCMs e 1 MPE = 68 integrantes.	NOTA TÉCNICA Nº 127/2019/ODP/DIE/GM (SEI Nº 0984641).

Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 166.375,51 (18,88%) Fonte BID: US\$ 95.037,00 (86,50%)	C4.P2 (OGU) – Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União. Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 26 (vinte e seis).	Meta 2018: 0 (zero) Meta Acumulada: 28 (vinte e oito)	NOTA TÉCNICA N° 339/2018/OGU (SEI N° 0804530).
	C4.P3 (STPC) – Cursos para gestores dos entes subnacionais. Meta 2018: 6 (seis). Meta Acumulada: 7 (sete) Cursos disponibilizados em plataforma de ensino à distância.	Meta 2018: 6 (seis). Meta Acumulada: 7 (sete)	NOTA TÉCNICA N° 69/2019/STPC (SEI N° 0977110)
	C4.P4 (STPC) - Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente. Meta 2018: 1 (um). Meta Acumulada 1 (um).	Meta 2018: 0 (zero). Meta Acumulada: 0 (zero). 80% do produto foi desenvolvido.	NOTA TÉCNICA N° 69/2019/STPC (SEI N° 0977110)
	C4.P5 (STPC) – Sistema de gestão de ações de prevenção. Meta Acumulada: Ferramenta implantada e disponível para acesso pelo corpo técnico da CGU mediante intranet institucional.	Produto cancelado.	1º Termo Aditivo do Contrato.
	C4.P6 (CRG) – Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção. Meta 2018: 12 (vinte). Meta Acumulada: 40 (vinte) cursos realizados.	Meta 2018: 20 (vinte) cursos realizados. Meta Acumulada 42 (quarenta e dois).	NOTA TÉCNICA N° 149/2019/CGPAC/CRG (SEI N° 0987065) E DESPACHO CRG 0994363

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)

Componentes (“Outputs”):	Indicadores Chaves de Produto:	
	Efeitos Diretos Planejados (ano 5 - 2018)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 5 - 2018):
5) Componente V - Gestão do Projeto Custo total: US\$ 274.326,15 -Contraparte: US\$ 0,00 -BID: US\$ 274.326,15 Despesas realizadas: Fonte BID:US\$ 274.326,15 (100%)	Aquisição de Ferramentas de gestão de portfólios/projetos	Concluído.
	Transferências de conhecimento da Ferramenta de gestão de portfólios/projetos	Concluído.

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)

Componentes (“Outputs”):	Indicadores Chaves de Produto:	
	Produtos Planejados (Relatórios):	Produtos Obtidos
6) Avaliações		

Custo total: US\$ 38.410,23 - Contraparte: US\$ 0,00 - BID: US\$ 38.410,23 Despesas realizadas: - BID: US\$ 33.410,22 Fonte BID: 86,98%	Avaliação Intermediária	Avaliação intermediária realizada.
	Avaliação Final	Avaliação Final realizada.

Dos 42 (quarenta e dois) produtos planejados no início do Programa, 6 foram cancelados por falta de recursos orçamentários, conforme 1º Termo Aditivo do Programa. Dos 36 produtos restantes, 32 já atingiram ou superaram a meta prevista na Matriz de Resultados e 4 atingiram parcialmente, principalmente em decorrência das restrições orçamentárias que o Programa enfrentou desde seu início.

d. Custos do Projeto

i) Planejado

O custo total do Programa foi estimado em US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares), sendo US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 12,000,000.00 (doze milhões de dólares) de aporte local.

Todavia, em face dos constantes contingenciamentos de recursos que o Programa enfrentava, foi solicitado em 2017 o cancelamento de recursos não utilizados e cujos produtos não foram iniciados, conforme Alteração Contratual nº 1. Esse montante de recursos cancelados totalizou US\$ 2,789,000.00 (Dois milhões setecentos e oitenta e nove mil dólares).

Logo, o custo total do Programa em 2017 ficou sendo de US\$ 27,211,000.00 (Vinte e sete milhões, duzentos e onze mil dólares), sendo US\$ 15,211,000.00 (Quinze milhões duzentos e onze mil dólares) de recursos externos (BID) e US\$ 12,000,000.00 (Doze milhões de dólares) de aporte local (inalterado).

Porém, considerando a manutenção da restrição orçamentária, houve novo pedido de cancelamento de recursos da ordem de US\$ 6.916.718,66 (seis milhões novecentos e dezesseis mil setecentos e dezoito dólares e sessenta e seis centavos), alteração Contratual nº 2.

Em 15 de janeiro de 2019, nova tratativa entre o Banco Financiador e a Coordenação-Geral do PROPREVINE, ficou definido o cancelamento do saldo não desembolsado no valor de US\$ 1,272,344.93 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, trezentos e quarenta e quatro dólares e noventa e três centavos), evitando pagamento de encargos financeiros após encerramento do Contrato de Empréstimo, conforme lançamento LMS Number 201901927 em 21/01/2019, (SEI 0993701 inserido ao Processo 00190.110921/2017-46).

Os cancelamentos citados acima ocasionaram a redução no valor total do Programa em 2018 para US\$ 19.021.936,41 (dezenove milhões, vinte e um mil, novecentos e trinta e seis dólares e quarenta e um centavos), sendo US\$ 7.021.936,41 (sete milhões, vinte e um mil, novecentos e trinta e seis dólares e quarenta e um centavos) de recursos externos (BID) e US\$ 12,000,000,00 (Doze milhões de dólares) de aporte local.

A distribuição Pari-Passu ajustada ficou assim: 36,91% BID e 63,09% Contrapartida e a distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

Componentes	US\$		
	Banco	Aporte Local	Total
Componente I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	5.089.750,48	7.370.000,00	12.459.750,48
Componente II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	719.237,85	2.073.000,00	2.792.237,85
Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social	790.341,93	1.676.000,00	2.466.341,93
Componente IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	109.869,77	881.000,00	990.869,77
Gestão do Projeto	274.326,15	0,00	274.326,15

Avaliações	38.410,23	0.00	38.410,23
TOTAIS	7.021.936,41	12.000.000,00	19.021.936,41
	36,91%	63,09%	100%

ii) Realizado

Em relação à execução do PROPREVINE, no período que corresponde a 17/12/2013 a 18/02/2018, foi realizado um percentual s e seis vírgula onze por cento) do total dos recursos.

Em relação aos recursos de fonte externa (BID), houve uma execução de 82,00%, em virtude dos dois cancelamentos já realizados.

Componentes	Banco	Aporte Local	Total
Componente I – Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	4.951.021,02	3.575.423,54	8.526.444,56
Componente II – Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	670.644,08	447.591,48	1.118.235,56
Componente III – Promoção da Transparência e do Controle Social	777.036,30	753.149,85	1.530.186,15
Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	95.037,00	166.375,51	261.412,51
Gestão do Projeto	274.326,15	0.00	274.326,15
Avaliações	33.410,22	0.00	33.410,22
TOTAIS	6.801.474,77	4.942.540,38	11.744.015,15
Percentuais em relação a US\$ 7.021.936,41 e 12.000.000,00	82,00%	41,19%	57,87%

US\$

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials, located in the bottom right corner of the document.

V. Implementação do Programa

A fase de implementação inicial foi superada com êxito, estando o programa na fase final de sua execução e prestação de contas.

VI. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas

A instituição pode endereçar os fatores críticos ao fortalecer sua capacidade operacional para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes:

- (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações bem-sucedidas e ampliar sua capacidade responsiva;
- (ii) Criação de novas frentes de atuação, aperfeiçoando os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.

b. Riscos Potenciais

- Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
- Realocação da mão-de-obra alocada ao projeto;
- Variação cambial.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials, located in the bottom right corner of the page.

VII. Lições Aprendidas

1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.
2. Os processos de contratação devem ser realiaados no início do exercício, a fim de que haja tempo hábil para o procedimento de contratação, o empenho, a liquidação e o pagamento final.
3. O gerenciamento de riscos nas aquisições foi primordial para garantir o sucesso do PROPREVINE. Nesse sentido, a formalização da gestão de riscos que já vinha sendo feita em 2016 (Portaria 2.418 de 21 de dezembro de 2016 no D.O.U. e Plano de Gerenciamento de Riscos do PROPREVINE – 2017 em 23 de dezembro de 2016) foi peça fundamental nesse processo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

17/19

VIII. Cumprimento das Obrigações Contratuais

<u>Requisito Contratual</u>	<u>Objeto</u>	<u>Documento de Apresentação</u>	<u>Periodicidade</u>	<u>Data Aprovação BID</u>
Cláusula 1.06 (b) – Juros, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	4ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 1.08 – Comissão de Crédito, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	5ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 4.02 Principais competências do CEE	(ii)- Revisão e aprovação do POA, PA e dos relatórios semestrais.	O POA e PA 2106, encaminhado ao BID em 15/04/2016, por intermédio do Ofício nº 2.970/2016/DIPLAD//SE/CGU-BR.	Anual	CBR – 1848/2016, de 03/05/2016
Cláusula 5.03 - Demonstrações Financeiras, das Disposições Especiais.	Apresentar os demonstrativos até 30/04/2016	Ofício nº 3411/2016/DIPLAD/SE/CGU de 28/04/2015: Encaminha Relatório de Auditoria do TCU e Notas Explicativas.	Anual	CBR – 2955/2016, de 19/07/2016
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2015) – até 31/07/2015.	Ofício nº 20.282/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 28/08/2015.	Semestral	CBR – 3309/2015, de 25/09/2015
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2015) – até 28/02/2016.	Ofício nº 6.418/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 12/02/2016.	Semestral	CBR – 1147/2016, de 24/03/2016
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2016	Ofício nº 5.079/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 18/01/2016.	Anual	CBR – 406/2016, de 29/01/2016
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2016) – até 31/07/2016.	Ofício nº 15.464/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 29/06/2016.	Semestral	CBR – 4103/2016, de 10/10/2016
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2017	Ofício nº 6898/2017/COPAV/DIPLAD/SE/CGU, de 26/04/2017.	Anual	CBR – 1503/2017, de 11/05/2017
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2016) – até 28/02/2017.	Ofício nº 3326/2017/DIPLAD/SE/CGU, de 24/02/2017.	Semestral	CBR – 1493/2017, de 10/05/2017
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2017) – até 31/07/2017.	Ofício nº 14977/2017/COPAV/DIPLAD/SE/CGU	Semestral	CBR – 3328/2017, de 26/09/2017
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2017) – até 28/02/2018.	Ofício nº 3547/2018/COPAV/DIPLAD/SE/CGU	Semestral	CBR – 984/2018, de 04/11/2018
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2018	Ofício nº 6927/2018/COPAV/DIPLAD/SE/CGU, de 10/04/2018.	Anual	CBR – 1087/2018, de 11/04/2018
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2018) – até 31/07/2018.	Ofício nº 16344/2018/COPAV/DIPLAD/SE/CGU	Anual	CBR – 3327/2018, de 09/10/2018
Artigo 5.02(c)(ii) – Relatório de Avaliação do Programa	Relatório Final de Avaliação do Programa	Documento SEI nº (0956148)	Final	CBR – 55/2019, de 14/01/2019

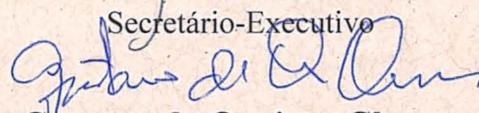
Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)

Conforme previsto no art. 3º, inciso III, da Portaria CGU nº 1.309/2013, este Relatório de Progresso (2º semestre de 2018), com atualização até 19 de fevereiro de 2019, foi apresentado e aprovado pelos membros do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE) listados abaixo:

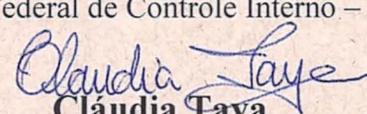
Brasília, 21 de fevereiro de 2019.


José Marcelo Castro de Carvalho

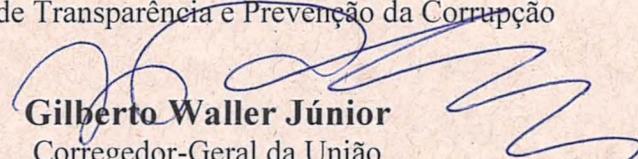
Secretário-Executivo


Gustavo de Queiroz Chaves

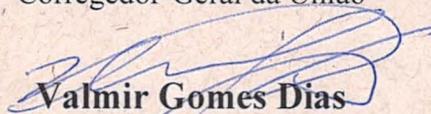
Secretário Federal de Controle Interno – Adjunto


Cláudia Taya

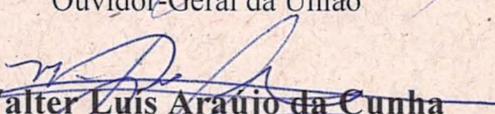
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção


Gilberto Waller Júnior

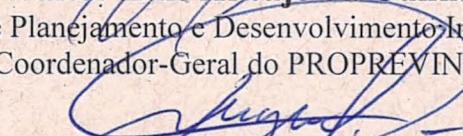
Corregedor-Geral da União


Valmir Gomes Dias

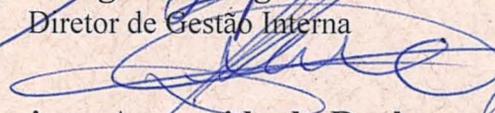
Ouvidor-Geral da União


Walter Luis Araújo da Cunha

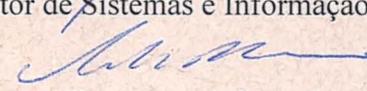
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Coordenador-Geral do PROPREVINE


Sérgio Akutagawa

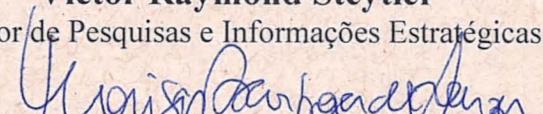
Diretor de Gestão Interna


Henrique Aparecido da Rocha

Diretor de Sistemas e Informação


Victor Raymond Steytler

Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas


Thais Barboza de Souza

Chefe da Assessoria de Comunicação Social